



# A ECONOMIA BRASILEIRA

## Introdução

Em 1998, ao lado dos ajustes ao choque externo provocado pela crise asiática, a economia brasileira enfrentou novos constrangimentos em função da instabilidade na Rússia, uma vez que a deterioração da conjuntura internacional afetou negativamente a credibilidade nos mercados emergentes. Como consequência, ocorreu recomposição do *portfolio* dos investidores, em âmbito mundial, a favor de ativos de menor risco (fuga para a qualidade), limitando drasticamente o acesso de países em desenvolvimento à poupança externa. Além disso, observou-se contração da demanda global, em parte contrabalançada por desempenho positivo da economia norte-americana ao longo do ano.

Nesse cenário, a formação de expectativas desfavoráveis quanto à evolução dos fundamentos da economia doméstica induziu à adoção de medidas fiscais severas e à condução conservadora da política monetária. Adicionalmente, ao final de 1998, o país recorreu ao suporte da comunidade financeira internacional, por meio de acordo coordenado pelo Fundo Monetário Internacional, com vistas à recomposição progressiva das reservas internacionais e à preservação da política cambial.

A restritividade da política econômica refletiu-se sobre a trajetória do nível de atividade e dos indicadores de investimentos, notadamente no segundo semestre. Nos primeiros seis meses, em contexto de taxas de juros decrescentes e condições normais do fluxo de recursos externos, o produto acumulava expansão de 1,32%. No segundo semestre, entretanto, observou-se a intensificação dos efeitos da crise russa sobre os fluxos de capitais, implicando o abandono da distensão da política monetária no mês de setembro, bem como a adoção de medidas emergenciais e estruturais de ordem fiscal. A restrição ao crédito externo e a elevação das taxas de juros internas resultaram em desaquecimento do ritmo da atividade econômica.

A expansão de 0,12% do PIB no ano resultou dos crescimentos de 0,2% e de 0,7% dos setores agropecuário e de serviços, respectivamente, e da contração de 0,9% no produto industrial. O desempenho da indústria de transformação foi o principal determinante do declínio da indústria, enquanto a evolução do setor de serviços foi sustentada pelo comportamento favorável dos setores de transportes e comunicações.

Conforme estimativas do Banco Central, o nível de investimento cresceu 0,45% em 1998, apesar da retração ocorrida no segundo semestre. Entre os indicadores de investimento observou-se a manutenção, ao longo do ano, do volume de desembolsos do BNDES, e, a partir de agosto, a perda de dinamismo registrada pela produção de bens de capital. Em relação à produção de bens de consumo intermediários, destaque-se a elevação de 15,8% na extração de petróleo e de gás natural.

A contração da demanda, que pode ser associada à restritividade da oferta de crédito, à redução do rendimento médio real e ao enfraquecimento do mercado de trabalho, refletiu-se sensivelmente sobre o setor de bens de consumo duráveis, mas não afetou o de bens de consumo não-duráveis. Assim, o efeito do desempenho desfavorável das vendas dos segmentos automobilístico e de eletrodomésticos sobre o faturamento do comércio foi compensado pelo crescimento nas vendas dos supermercados. Nesse último, onde são comercializados principalmente produtos não-duráveis, o crescimento real atingiu 10,4% em 1998.

A trajetória descendente dos indicadores de emprego manteve-se em 1998, dada a continuidade da adoção de tecnologias poupadoras de mão-de-obra e o ajustamento da economia às adversidades internas e externas, que afetaram de forma generalizada todos os setores de atividade. Entretanto, deve-se destacar que, em 1998, o governo federal flexibilizou a legislação trabalhista, para estimular a geração de empregos.

As taxas de inflação mantiveram trajetória descendente em 1998, favorecidas principalmente pelo desaquecimento da demanda interna, pela adequada oferta de produtos agrícolas *in natura*, pela redução dos preços dos combustíveis, assim como pela concorrência internacional, dado o nível de abertura da economia. A queda nas cotações internacionais de *commodities* agrícolas e minerais também contribuiu para a contenção dos preços. Em 1998, a média da variação dos índices de preços INPC e IPC-Fipe situou-se em 0,33%, comparativamente a 4,59% no ano anterior, enquanto a variação média do IGP-DI e do IGP-M atingiu 1,75%, contra 7,61% em 1997.

No primeiro trimestre, o expressivo ingresso de recursos contribuiu para a continuidade da redução das taxas de juros básicas. Essa redução estendeu-se até o mês de agosto, a despeito do aumento da instabilidade no mercado internacional no segundo trimestre, em função das dificuldades que começavam a afetar a economia russa. Tal cenário, entretanto, deu início à ampliação da volatilidade dos mercados futuros internos ainda em maio, de forma que a Autoridade Monetária, objetivando balizar a formação das taxas de juros futuras, efetuou operações de financiamento a termo no mercado aberto. Adicionalmente, o Banco Central e o Tesouro Nacional voltaram a emitir títulos pós-fixados em junho, para diminuir os custos de colocação e evitar a excessiva redução do perfil da dívida mobiliária.

Em setembro, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) suspendeu as operações vinculadas à TBC e elevou a Tban de 29,75% a.a. para 49,75% a.a., por considerar inadequada a manutenção da faixa de flutuação para as taxas de juros entre a TBC e a Tban. Concomitantemente, retomou a gestão da liquidez diária do mercado monetário por meio de operações de mercado aberto. A taxa *over*/Selic foi mantida, dessa forma, na média de 30,39% a.a. no segundo semestre, em comparação a 27,91% a.a. no primeiro semestre.

O crescente ceticismo internacional quanto às economias emergentes e a reformulação das expectativas a respeito da economia brasileira causaram a retração da liquidez externa e, particularmente, a perda de US\$ 24 bilhões em reservas internacionais, entre agosto e setembro. Nesse quadro, o governo brasileiro foi levado a elaborar programa de ajustamento fiscal, com medidas emergenciais e reformas estruturais, buscando, para tanto, o apoio qualificado da comunidade financeira internacional. O Programa de Estabilidade Macroeconômica favoreceu a participação do Japão e de outros países desenvolvidos que, sob a égide do Banco de Compensações Internacionais (BIS), aportaram recursos visando à recomposição das reservas cambiais do país.

O acordo de assistência financeira internacional implicou a concessão de linhas de crédito no total de US\$ 41,5 bilhões, cujos desembolsos serão efetivados durante 3 anos, a partir de dezembro de 1998, concentrados nos primeiros 12 meses.

A partir de outubro, em cenário de arrefecimento das incertezas e da confirmação do suporte financeiro internacional ao Brasil, as taxas de juros básicas reassumiram trajetória descendente e, em dezembro, as operações de assistência financeira de liquidez vinculadas à TBC foram retomadas.

Ao longo de 1998, foram introduzidos novos títulos, para dotar a política monetária de instrumentos mais dinâmicos. Tais títulos, denominados híbridos, por conjugar remunerações prefixadas e pós-fixadas no mesmo papel, são: Bônus do Banco Central Série A (BBC-A), Nota do Banco Central - Série A (NBC-A) e Nota do Banco Central - Série Flutuante (NBC-F). Este último foi criado com o objetivo de oferecer *hedge* às operações contratadas no segmento flutuante de câmbio. O Tesouro Nacional, por sua vez, também passou a emitir títulos híbridos.

O processo de aperfeiçoamento do Sistema Financeiro Nacional (SFN) registrou significativos avanços com a adesão da maioria dos estados ao Programa de Incentivos à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes), o que irá favorecer o controle da moeda e dos financiamentos a governos estaduais. Adicionalmente, deu-se continuidade ao processo de reestruturação societária do sistema bancário, iniciado com o aumento da participação de bancos estrangeiros, que deverá intensificar a concorrência e aumentar a eficiência do SFN. A Autoridade

Monetária vem aprimorando continuamente as regras prudenciais, visando à adequação de critérios ao Acordo da Basiléia, principalmente no que se refere à prevenção do risco sistêmico.

A partir de 1998, a gestão das contas públicas beneficiou-se de condições estruturais mais favoráveis, com as aprovações e as regulamentações da Reforma Administrativa (Emenda Constitucional nº 19/98), da Reforma da Previdência (Emenda Constitucional nº 20/98) e da Lei Geral de Previdência Pública (Lei nº 9.717/98).

Entretanto, a percepção sobre os fundamentos da economia brasileira, principalmente em relação às finanças públicas, foi afetada negativamente pela crise russa, exigindo, assim, maior velocidade na busca dos ajustes fiscais de curto prazo e estrutural. Nesse sentido, foi elaborado programa de ajuste para o triênio 1999/2001, o Programa de Estabilidade Fiscal (PEF), que engloba ações de cunho estrutural, redução das despesas correntes e de capital à conta do orçamento da União, ajuste das contas da Previdência Social e elevação de receitas. Tais ações prevêm a estabilização da relação dívida pública/PIB no referido triênio.

Adicionalmente, como base institucional para a gestão mais eficiente das contas públicas, o PEF criou a Comissão de Controle e Gestão Fiscal (CCF), cuja atribuição é garantir o alcance de metas fiscais, por meio do acompanhamento da programação e da execução orçamentária e financeira e das demais ações que exerçam impacto sobre as finanças governamentais. Na avaliação do desempenho fiscal, a CCF possui a prerrogativa de propor as providências necessárias à consecução dos demais objetivos estabelecidos para cada exercício. A implementação das medidas citadas deverá favorecer a redução das Necessidades de Financiamento do Setor Público, que atingiram 8,03% do PIB em 1998, comparativamente a 6,10% do PIB no ano anterior.

Ainda no âmbito do ordenamento das contas públicas objeto da PEF, insere-se o encaminhamento ao Congresso Nacional, em 1999, do projeto da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O projeto define princípios e normas para gestão das finanças públicas e institui o regime fiscal responsável, estabelecendo penalidades para os crimes contra as finanças públicas.

O Programa Nacional de Desestatização e os programas estaduais de desestatização, a despeito do adiamento do cronograma de privatização de algumas empresas, geraram receitas de US\$ 37,6 bilhões, crescimento de 36,4% sobre o resultado obtido em 1997, excluindo-se as transferências de débitos ao setor privado. Entre as operações efetivadas no ano, destaca-se a privatização do Sistema Telebrás, disputado por diversas empresas internacionais de comunicação. Essa operação foi conjugada à introdução de medidas institucionais que deverão garantir os direitos e os deveres dos usuários e dos prestadores de serviços de telecomunicação.

Do ponto de vista da movimentação de capitais, verificou-se, no primeiro trimestre, a expansão dos empréstimos externos de médio e longo prazos, dos ingressos de investimentos estrangeiros diretos e dos recursos direcionados aos mercados de capitais e aos fundos de renda fixa, o que concorreu para a rápida recomposição das reservas internacionais. A partir de maio, entretanto, o advento da crise russa provocou contração desses fluxos.

Na oportunidade, o Banco Central buscou estimular a captação de recursos externos por meio da redução dos prazos médios mínimos das operações e da ampliação das possibilidades de aplicação dos créditos captados e não repassados. A deterioração das expectativas dos investidores, contudo, implicou a reversão dos fluxos de capitais em agosto e setembro, com significativa redução do estoque de reservas internacionais, as quais foram recompostas, posteriormente, com recursos do acordo de assistência financeira internacional.

O resultado da Balança Comercial refletiu os efeitos da crise econômica internacional, acusando redução no volume das vendas externas a partir do segundo semestre, em função da desaceleração econômica dos parceiros comerciais (especialmente Aladi, Ásia e Europa Oriental) e da dificuldade em elevar a competitividade por meio da redução de custos.

A tendência de queda dos preços das *commodities* e de contração da oferta de crédito para financiamento de exportações corroboraram a redução nas vendas externas. Ao mesmo tempo, as importações mantiveram trajetória de declínio no acumulado em doze meses, movimento favorecido pela redução na demanda interna.

Convém destacar que a desaceleração das taxas de crescimento das exportações no segundo semestre não impediu a redução de 23% do déficit comercial em 1998, em relação ao ano anterior. Nesse sentido, destaque-se que a queda no valor exportado de produtos básicos foi compensada pela expressiva elevação no volume de exportações de produtos industrializados com maior valor agregado, refletindo os efeitos dos investimentos em atualização tecnológica e em modernização do parque industrial, realizados nos últimos anos.

A atividade exportadora contou com o estímulo da política de comércio exterior vigente, pautada pela promoção das exportações, contemplando a criação e/ou ampliação de programas de incentivo e de medidas desregulamentadoras. Em paralelo, as importações ganharam maior disciplina e suas tarifas estão sendo adequadas às reais necessidades da economia brasileira, sem, contudo, comprometer o grau de abertura comercial.

Em termos da Conta Serviços, o pagamento líquido de juros elevou-se 16% em 1998, comparativamente ao registrado no ano anterior, resultado da expansão do endividamento externo e da elevação no custo dos recursos. As remessas de lucros e

dividendos também apresentaram crescimento (28%) frente ao ocorrido em 1997. Essa elevação pode ser atribuída, principalmente, ao incremento das remessas de dividendos e bonificações, vinculadas ao movimento de capitais de *portfolio*.

Ao longo do ano, observou-se o crescimento da receita com viagens internacionais, em decorrência da expansão de 50% nos dispêndios de turistas no país, enquanto os gastos com turismo no exterior registraram redução.

O déficit em transações correntes atingiu US\$ 34,1 bilhões (4,39% do PIB), dos quais 76,6% financiados por meio do ingresso de investimentos estrangeiros diretos (IED). Tal resultado contribuiu para a redução das necessidades de financiamento externo a 1,1% do PIB, o menor valor registrado desde agosto de 1996. Convém ressaltar que menos de um quarto do ingresso de IED esteve vinculado às privatizações ocorridas no período, refletindo o otimismo dos investidores externos em relação à economia brasileira.

Houve movimento favorável de capitais autônomos, dada a expressiva captação de empréstimos de médio e longo prazos (US\$ 41,5 bilhões), notadamente por meio da colocação de *notes*. Em contrapartida, a expansão de 17% nas amortizações líquidas pode ser atribuída a antecipações de pagamentos provocadas pela instabilidade, impactando a rubrica financiamentos líquidos estrangeiros de longo prazo.

Em síntese, a condução da política econômica em 1998 orientou-se pela busca de ajustes internos necessários em razão da conjuntura externa adversa, contemplando a transparência de objetivos e de instrumentos, de modo a favorecer a recomposição da credibilidade comprometida pela crise financeira internacional. Visando preservar a estabilidade alcançada nos últimos anos, procurou-se aumentar a eficiência na gestão das contas públicas, dar continuidade ao processo de modernização da economia brasileira, preservar a hígidez do sistema bancário doméstico e garantir a normalidade das relações financeiras externas.

### **Indicadores de produção**

A trajetória do PIB em 1998 foi influenciada pelas medidas restritivas de política monetária, adotadas no último trimestre de 1997 e em setembro de 1998, em resposta às crises asiática e russa. O crescimento de 0,12% não interrompeu a seqüência de cinco anos anteriores de resultados positivos, mas demonstrou significativa redução do dinamismo da atividade econômica. Destaque-se, nesse contexto, o aumento das taxas de desemprego, da inadimplência e a redução dos salários e dos rendimentos reais.

O PIB manteve-se estável no primeiro trimestre, comparativamente ao trimestre imediatamente anterior, na série com ajuste sazonal. Setorialmente, observou-se queda de

2,7% na indústria, desempenho associado aos efeitos da elevação da taxa de juros, especialmente sobre a indústria de transformação, que apresentou redução de 4,3%. Tal retração, entretanto, foi compensada pelo aumento da atividade dos setores agropecuário (2,8%) e serviços (0,4%).

No segundo trimestre, a recuperação das reservas internacionais e a gradual redução das taxas de juros criaram condições mais favoráveis para a expansão da atividade. O PIB cresceu 1,3% na série com ajuste sazonal. O melhor resultado foi o do setor primário (7,8%), dado o crescimento de 12% do produto das lavouras. A indústria evoluiu 6,4%, enquanto o setor de serviços apresentou variação de 0,8%.

No primeiro semestre, o PIB cresceu 1,3% em relação a idêntico período de 1997, taxa superior à do primeiro trimestre do ano (1,1%). No entanto, evidenciou-se desaceleração do crescimento quando se considera que, no primeiro semestre de 1997, observara-se crescimento de 4,7%. O desempenho do período resultou de crescimento dos três setores. O setor agropecuário registrou expansão de 3,7%, explicada pelos acréscimos

**Quadro 1.1 - Produto Interno Bruto (PIB)**

Ano	A preços de 1998 (R\$ milhões)	Variação real (%)	Deflator implícito (%)	A preços correntes <sup>1/</sup> (US\$ milhões)	População (milhões)	PIB <i>per capita</i>		
						A preços de 1998 (R\$)	Variação real (%)	A preços correntes <sup>1/</sup> (US\$)
1980	621.500	9,2	92,1	237.772	118,6	5.242	7,0	2.005
1981	595.086	-4,3	100,5	258.553	121,2	4.909	-6,3	2.133
1982	600.026	0,8	101,0	271.252	123,9	4.843	-1,3	2.190
1983	582.445	-2,9	131,5	189.459	126,6	4.602	-5,0	1.497
1984	613.897	5,4	201,7	189.744	129,3	4.749	3,2	1.468
1985	662.082	7,8	248,5	211.092	132,0	5.017	5,6	1.599
1986	711.672	7,5	149,2	257.812	134,7	5.285	5,4	1.915
1987	736.794	3,5	206,2	282.357	137,3	5.368	1,6	2.057
1988	736.352	-0,1	628,0	305.707	139,8	5.266	-1,9	2.186
1989	759.620	3,2	1.304,4	415.916	142,3	5.338	1,4	2.923
1990	726.577	-4,3	2.737,0	469.318	144,1	5.042	-5,5	3.257
1991	734.060	1,0	416,7	405.679	146,4	5.014	-0,6	2.771
1992	730.097	-0,5	969,0	387.295	148,7	4.910	-2,1	2.605
1993	766.017	4,9	1.996,2	429.685	150,9	5.075	3,4	2.847
1994	810.829	5,9	2.240,2	543.087	153,1	5.295	4,3	3.546
1995	845.046	4,2	77,6	705.449	155,3	5.441	2,8	4.542
1996	868.370	2,8	17,3	775.409	157,5	5.514	1,3	4.924
1997	900.326	3,7	7,4	804.182	159,6	5.640	2,3	5.038
1998	901.406 <sup>2/</sup>	0,1	3,9 <sup>2/</sup>	776.873	161,8	5.571 <sup>2/</sup>	-1,2	4.802

Fonte: IBGE

1/ Estimativa obtida pela divisão do PIB a preços correntes pela taxa média anual de câmbio, calculada de acordo com metodologia publicada no Boletim do Banco Central do Brasil de dezembro de 1996.

2/ Estimativa do Banco Central do Brasil.

das lavouras (4,5%) e da produção animal (5,2%), à vista do declínio de 7,3% da extração vegetal. No setor industrial, com evolução de 1,3%, registraram-se aumentos na extração mineral (7,4%), na construção civil (5,0%) e nos serviços industriais de utilidade pública (5,5%), enquanto a indústria de transformação decresceu 1,3%. Os serviços evoluíram 1%. Os aumentos dos transportes (7,7%) e das comunicações (3,2%) compensaram as quedas do comércio (2%) e do subsetor outros serviços (1,2%), onde se incluem serviços médicos e educacionais privados e turismo.

Nos quatro anos do Plano Real (julho de 1994 a julho de 1998), o PIB acumulou expansão de 14,6%, considerando-se a série do índice trimestral encadeado, com a taxa média anual atingindo 3,4%. Setorialmente, observaram-se crescimentos acumulados de 28,1% na agropecuária, de 16,8% na indústria e de 6,2% no setor de serviços.

No terceiro trimestre de 1998, reverteram-se as expectativas de recuperação da atividade econômica, presentes no trimestre anterior, pelos efeitos da crise russa, que implicaram nova elevação da taxa de juros no Brasil. O PIB decresceu 1,6% na série ajustada sazonalmente. Tal resultado decorreu de generalizada retração setorial. A agropecuária decresceu 8,6%, o setor industrial, 5,3%, e serviços, 0,4%.

#### Quadro 1.2 - Produto Interno Bruto sob as óticas da despesa e da renda

Em R\$ milhões

Discriminação	1994	1995	1996	1997
Produto Interno Bruto	349 205	646 192	778 820	866 827
Consumo Final	270 644	513 562	633 826	705 341
Consumo das famílias	208 256	386 910	484 224	548 257
Consumo da administração pública	62 388	126 652	149 601	157 084
Formação bruta de capital	77 333	144 027	161 013	184 282
Formação bruta de capital fixo	72 453	132 753	148 884	169 738
Variação de Estoques	4 880	11 274	12 129	14 544
Exportação de bens e serviços	33 220	49 917	55 469	65 491
Importação de bens e serviços (-)	31 993	61 314	71 486	88 287
Remuneração dos empregados	140 079	247 277	298 730	330 862
Salários	111 681	191 410	223 673	249 813
Contribuições sociais efetivas	16 172	30 176	40 115	48 521
Contribuições sociais imputadas	12 227	25 692	34 943	32 528
Rendimento de autônomos	19 938	38 129	44 612	49 293
Excedente operacional bruto	134 079	260 245	315 703	362 121
Impostos líquidos de subsídios sobre a produção e importação	55 109	100 540	119 775	124 552

Fonte: IBGE

O PIB continuou decrescendo no quarto trimestre (1,6% na série com ajuste sazonal). A elevação da taxa de juros reduziu o acesso ao crédito e elevou os índices de inadimplência. Esses fatos, aliados às medidas de ajuste do setor público, repercutiram negativamente, principalmente na expansão da indústria de transformação (-3,6%), da construção civil (-6,2%), e do comércio (-3,2%). No período, também as lavouras apresentaram queda significativa (-8,2%).

Considerando-se a evolução do PIB no ano, o crescimento de 0,12% resultou da queda de 0,9% do produto industrial, tendo os setores de serviços e agropecuário registrado taxas de crescimento de 0,7% e 0,2%, respectivamente. A indústria de transformação, responsável pela maior parte do produto gerado no setor industrial, apresentou resultado negativo de 3,3%, o que neutralizou os crescimentos observados na construção civil (1,9%), nos serviços industriais de utilidade pública (4,2%) e na indústria extrativa mineral (9,2%). No setor agropecuário, o crescimento de 0,2% decorreu da elevação de 3,1% na produção animal. As lavouras e o subsetor extrativo vegetal apresentaram quedas respectivas de 0,2% e de 6,8%. No setor de

**Quadro 1.3 - Taxas reais de variação do PIB**

Percentual

Discriminação	1996	1997	1998
PIB	2,8	3,7	0,1
Setor agropecuário	4,1	2,7	0,2
Produção vegetal	4,2	2,6	- 0,2
Produção animal	3,9	2,4	3,1
Extrativa vegetal	3,4	4,1	- 6,8
Setor industrial	3,7	5,5	- 0,9
Extrativa mineral	6,7	6,8	9,2
Transformação	2,8	4,2	- 3,3
Construção	5,2	8,5	1,9
Serv. ind. de utilidade pública	6,1	5,9	4,2
Setor serviços	1,9	1,2	0,7
Comércio	2,4	3,9	- 3,4
Transportes	3,2	4,5	6,9
Comunicações	10,9	2,4	6,3
Administrações públicas	0,2	2,2	1,3
Outros serviços	2,8	0,8	- 1,3
Instituições financeiras	- 7,7	- 2,7	0,1
Aluguéis	2,5	2,1	2,1
<i>Dummy financeiro</i>	- 8,2	- 5,0	0,1

Fonte: IBGE

serviços verificou-se desempenho positivo principalmente nos itens transportes (6,9%) e comunicações (6,3%). O comércio decresceu 3,4%.

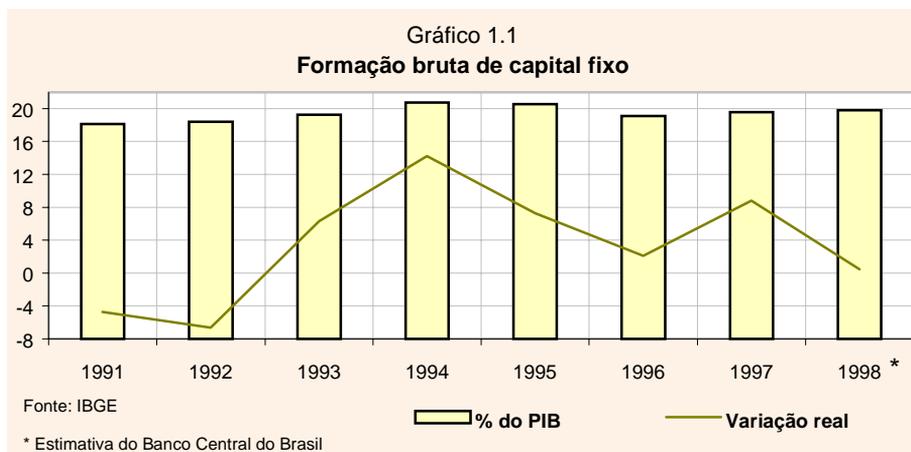
Com o desempenho do PIB em 1998, o crescimento médio da década de 90 passou de 2,1%, até 1997, para 1,9%. O PIB *per capita*, que decresceu 1,2% no ano, teve sua taxa média alterada de 0,7% para 0,5%, nas mesmas bases de comparação.

## Investimentos

Conforme estimativa do Banco Central, os investimentos cresceram 0,45% em 1998, ante evolução de 0,15% do PIB. Com esses resultados, a participação da formação bruta de capital fixo (FBCF) no PIB situou-se em 19,8%, a preços correntes, e em 19,7%, a preços de 1997. Em 1997, essa relação, a preços correntes, alcançara 19,6%.

A evolução dos investimentos foi marcada por dois períodos distintos. No primeiro semestre, observou-se crescimento, num cenário de taxas de juros decrescentes e recuperação do nível de atividade, principalmente no segundo trimestre. No segundo, prevaleceram taxas de juros elevadas e crescentes, conseqüência do recrudescimento da crise externa e queda da produção industrial e da demanda interna. Nesse cenário recessivo, os investimentos apresentaram retração.

Segundo estimativa do Depec, os investimentos cresceram 4,8% no primeiro semestre, comparativamente a igual período de 1997. Esse desempenho decorreu, sobretudo, da evolução da indústria da construção civil (5%), que representa cerca de 60% da formação bruta de capital fixo. A produção de bens de capital cresceu 5,8% e sua importação, 2,2%. No mesmo período, os desembolsos do BNDES chegaram a US\$ 7,7 bilhões (+38,4%).



Desagregando-se a produção de bens de capital, observou-se que os segmentos com maior crescimento nos primeiros seis meses do ano foram os de bens de capital da construção (31,9%), equipamentos de transporte (17,6%) e agrícolas (10,4%). Os bens de capital direcionados ao setor de energia elétrica cresceram 3,8% e os tipicamente industriais, 2,5%.

No segundo semestre, os investimentos declinaram 3,5%, resultado de comportamento desfavorável de todos os seus componentes. A indústria da construção civil caiu 1,5%. A produção e a importação de bens de capital reduziram-se 9% e 8,3%, respectivamente.

Mesmo com o declínio observado na segunda metade do ano, a indústria da construção cresceu 1,7% em 1998. Para esse desempenho, contribuiu favoravelmente a evolução do custo médio do m<sup>2</sup> da construção, calculado pelo IBGE, que atingiu 1,6%, situando-se abaixo da evolução do IGP-DI (1,7%), mantendo a tendência observada desde o início do Plano Real. Além disso, cabe destacar as privatizações e concessões ocorridas em 1998, que totalizaram US\$ 30.975 milhões (US\$ 22.703 milhões em 1997), descontadas as dívidas transferidas, bem como o crescimento dos empréstimos do sistema financeiro para a habitação ao mutuário final (8,8%), que tiveram como suporte o aumento de 10,3% no saldo da caderneta de poupança. Esses fatores compensaram, em parte, os efeitos da elevação das taxas de juros, que intensificaram a queda dos investimentos no último trimestre do ano.

**Quadro 1.4 - Formação bruta de capital (FBC) <sup>1/</sup>**

Percentual

Ano	Participação na FBC			Variação de estoques	FBCF/PIB	
	Formação bruta de capital fixo (FBCF)				A preços correntes	A preços do ano anterior
	Construção civil	Máquinas e equipamentos	Outros			
1990	65,7	34,0	2,7	-2,5	20,7	-
1991	60,4	28,7	2,5	8,4	18,1	19,5
1992	64,8	26,3	6,3	2,7	18,4	17,0
1993	62,5	24,2	5,8	7,5	19,3	18,7
1994	60,6	27,2	5,8	6,3	20,7	20,8
1995	57,4	28,9	5,8	7,8	20,5	21,4
1996	61,3	25,6	5,6	7,5	19,1	20,4
1997	62,6	24,9	4,6	7,9	19,6	20,1
1998 <sup>2/</sup>	64,2	24,1	4,7	...	19,8	19,7

Fonte: IBGE

1/ Formação bruta de capital = FBCF + variação de estoques.

2/ Estimativa do Banco Central do Brasil.

O comportamento da produção e da importação de bens de capital foi diverso do observado na construção, tendo apresentado declínios respectivos de 1,9% e 3,7%, no ano. A produção de máquinas agrícolas constituiu-se exceção, tendo crescido 5,6% em 1998 (+42,6% em 1997), refletindo a comercialização favorável da safra de grãos.

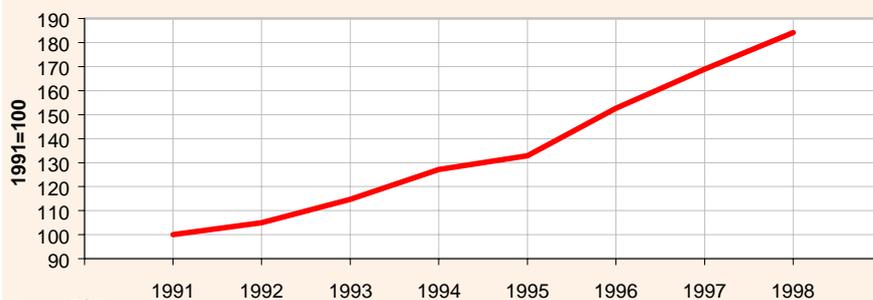
Os desembolsos do Sistema BNDES, que ainda mostravam crescimento até novembro (8,5%), reduziram-se 0,7% no acumulado de 1998. Em dezembro, houve queda de 49,7%, comparativamente a igual mês de 1997, causada principalmente pela elevação da TJLP, de 11,7%, em novembro, para 18,06%. Ainda em dezembro, foi alterada a metodologia de cálculo da TJLP, pela qual a taxa a vigorar no primeiro trimestre de 1999 passou para 12,8%.

O total dos desembolsos do Sistema BNDES, composto pelo BNDES, Finame e BNDESPAR, atingiu US\$ 16,3 bilhões em 1998. Considerando-se os ramos e gêneros de atividade, houve aumento dos recursos direcionados para a indústria de transformação (13%) e quedas para a indústria extrativa (-67%), agropecuária (-10%) e comércio/serviços (-2%). Por regiões, os desembolsos elevaram-se no Norte e Sudeste (62% e 12%, respectivamente), tendo-se observado reduções nas demais, com maior intensidade no Nordeste (-27%), seguindo-se o Sul (-19%) e o Centro-Oeste (-10%).

## Produtividade

Nos últimos anos, têm-se observado ganhos substanciais de produtividade, principalmente em gêneros industriais, paralelamente à evolução positiva da produção e importação de bens de capital. Em 1997, a produtividade total do trabalho, calculada pelo IBGE como a razão entre a variação do valor adicionado, a preços do ano anterior, e a variação do pessoal ocupado, atingiu 4,6% (5,2% em 1996). Taxas elevadas ocorreram em setores diversificados, como na fabricação de automóveis, caminhões e ônibus,

Gráfico 1.2  
Produtividade industrial <sup>1/</sup>



Fonte: IBGE

<sup>1/</sup> Relação entre produção física e horas pagas na produção.

beneficiamento de produtos de origem vegetal, indústria do açúcar, extração de minerais e serviços industriais de utilidade pública.

Em 1998, a queda tanto da produção quanto da importação de equipamentos não inviabilizou a evolução positiva da produtividade na indústria. Calculando a produtividade como a relação entre a produção industrial e as horas pagas na produção, obteve-se expansão de 8,3%. Cabe ressaltar que foram observadas quedas de 2,2% na produção industrial e de 9,6% nas horas pagas, indicando, desse modo, intensa liberação de mão-de-obra na indústria de transformação.

A indústria extrativa mineral apresentou os maiores ganhos no período, alcançando 20,2%. Na transformação, cuja produtividade cresceu 6,9%, 16 gêneros obtiveram ganhos, que foram mais expressivos em têxtil (15,5%), produtos de matérias plásticas (13,8%), vestuário, calçados e artefatos de tecidos (11,3%), química (10,3%) e mecânica (9,8%). Os gêneros que apresentaram quedas foram fumo (-10,1%), couros e peles (-8,9%) e material de transporte (-4,5%).

Houve emissão de 1.236 certificados de qualidade NBR ISO 9000 em 1998, com crescimento de 38,6% em relação a 1997. Seguindo comportamento já observado em anos anteriores, a maior parte desses certificados foi concedida à indústria de transformação.

### Indicadores de produção industrial

As medidas de ajuste econômico, adotadas para enfrentar os efeitos das crises ocorridas na Ásia, em fins de 1997, e na Rússia, em agosto de 1998, impactaram negativamente a atividade industrial. Após cinco anos consecutivos de expansão, a produção industrial registrou queda de 2,2% em 1998, conforme dados do IBGE. O resultado decorreu

**Quadro 1.5 - Utilização da capacidade instalada** <sup>1/</sup>

Percentual

Discriminação	1996	1997	1998
Indústria de transformação	81	80	79
Bens de consumo	84	77	76
Bens de capital	72	65	65
Materiais de construção	80	83	82
Bens de consumo intermediário	84	84	83

Fonte: FGV

1/ Pesquisa trimestral. Posição em janeiro do ano seguinte.

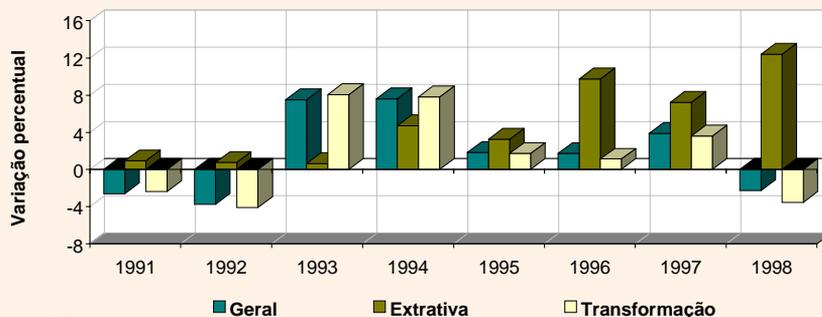
principalmente do desempenho da indústria de transformação (-3,5%), cuja participação no total da produção industrial é de cerca de 93%. A indústria extrativa mineral expandiu-se 12,4% no ano, em virtude principalmente do bom desempenho da extração de petróleo.

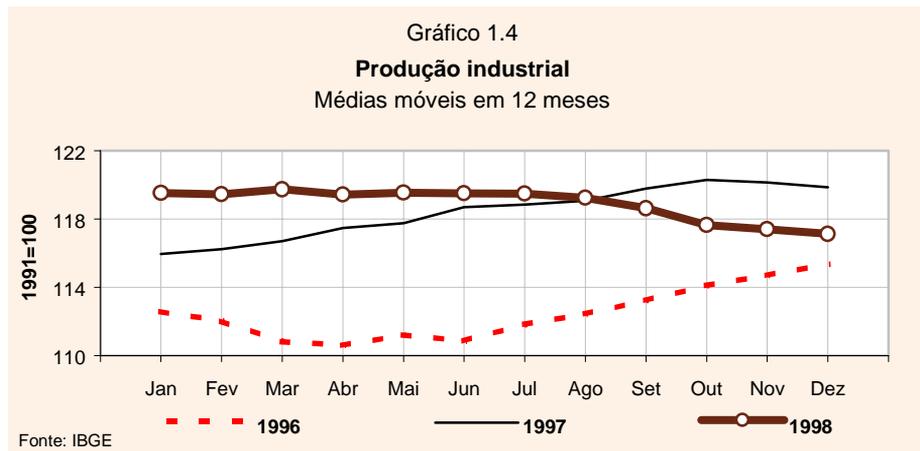
A retração da atividade fabril foi também indicada pela redução da utilização da capacidade instalada, medida trimestralmente pela Sondagem Conjuntural da FGV, que passou de 80%, em janeiro de 1998, para 79%, em janeiro de 1999, nível mais baixo de utilização desde janeiro de 1996.

No primeiro trimestre do ano, o declínio de 1% da produção fabril, comparativamente ao trimestre anterior (dados dessazonalizados), mostrou continuidade da tendência declinante observada nos últimos meses de 1997, como consequência das medidas fiscais e monetárias então implementadas. No segundo trimestre, os resultados foram positivos (1,6%), seguindo-se as quedas de 1,4% e de 4,1% verificadas respectivamente no terceiro e quarto trimestres, com dados sem influência sazonal. A produção industrial, que já vinha declinando desde junho, continuou em queda progressiva até dezembro, quando atingiu o nível mais baixo desde março de 1996. Comparando os resultados semestrais com iguais períodos de 1997, observou-se, no primeiro semestre, nível de produção da indústria próximo ao de 1997 (-0,6%) e, no segundo, patamar 3,8% inferior.

Dos vinte gêneros industriais pesquisados pelo IBGE, a atividade retraiu-se em quatorze. A queda mais acentuada ocorreu na indústria de fumo (-22,7%). Pelos seus fortes impactos na cadeia produtiva, as reduções mais relevantes foram as ocorridas em material de transporte (-15,2%) e material elétrico e de comunicações (-10,4%). Também registraram decréscimos expressivos os ramos de couros e peles (-13,6%), mobiliário (-8,2%), borracha (-8,1%), têxtil (-6,9%), vestuário, calçados e artefatos de tecidos (-4,8%), mecânica (-4,3%) e metalúrgica (-3,8%). Apresentaram crescimentos no ano, além da extrativa mineral, as indústrias farmacêutica (4,2%), química (3,7%), de perfumaria, sabões e velas (3,1%), de produtos alimentares (1,3%) e de papelão (0,5%).

Gráfico 1.3  
Produção industrial





Por categorias de uso, a queda foi generalizada, destacando-se a do segmento de bens de consumo duráveis (-19,8%), em razão, principalmente, do recuo da produção de automóveis (-25,1%) e de eletrodomésticos (-25,9%). O declínio da produção dos bens de consumo duráveis refletiu a contração da demanda associada ao elevado patamar da taxa de juros, à redução do rendimento médio real e ao enfraquecimento do mercado de trabalho, além do conseqüente aumento do nível de inadimplência.

O segmento de bens de capital, que liderava o ritmo de crescimento da indústria desde 1997, registrou quedas mensais a partir de agosto, considerando-se dados sazonalmente ajustados. A produção dessa categoria apresentou comportamento diverso nos dois semestres. Após avançar 5,8% no primeiro, registrou queda de 9% no segundo, em relação a idênticos períodos do ano anterior. A produção de bens de capital declinou 2,5% no ano: a direcionada para fins industriais decresceu 5,6%, em conseqüência de alterações dos planos de investimentos do setor; e a destinada à agricultura, 1,8%.

A produção de bens de consumo semiduráveis e não-duráveis apresentou declínio de 1,5%, refletindo, em parte, a queda dos rendimentos das famílias e o aumento do desemprego. Os subsetores com melhor desempenho foram: abate e preparação de aves (5,1%), farmacêutica (4,2%) e carburantes (3,7%). Os semiduráveis (basicamente calçados e confecções) registraram queda de 5,5%.

A produção de bens de consumo intermediários apresentou redução de 0,9%, afetada pela retração das encomendas do segmento de duráveis, do qual é grande fornecedora de insumos. Contudo, vale destacar a manutenção dos bons resultados da extração de petróleo e gás natural (15,8%). Também cresceram os insumos da construção civil (1,6%), em virtude do desempenho do primeiro semestre (5%), haja vista a retração de 1,5% observada no semestre seguinte. Entre os subsetores em queda, vale destacar a siderurgia (-5,7%), a indústria têxtil (-6,9%) e o de adubos e fertilizantes (-3%).

**Quadro 1.6 - Produção industrial**

Variação percentual

Discriminação	Participação percentual (1998) <sup>1/</sup>	1996	1997	1998
Total		1,7	3,9	- 2,2
Por categorias de uso				
Bens de capital	7,4	- 14,1	4,8	- 2,5
Bens intermediários	64,4	2,9	4,6	- 0,8
Bens de consumo	28,2	5,3	1,2	- 5,8
Durável	4,3	11,2	3,5	- 19,8
Semi e não-durável	23,9	3,7	0,5	- 1,5

Fonte: Pesquisa Industrial Mensal - IBGE

1/ Participação no produto industrial por categoria de uso.

**Energia**

A produção nacional de petróleo, incluindo líquido de gás natural (LGN), cresceu 15,6% em 1998, tendo atingido média diária de 1.001 mil barris. O crescimento da quantidade de petróleo processado correspondeu a 4%, evoluindo de 79,9 para 86,1 milhões de metros cúbicos. Esse comportamento permitiu que fossem reduzidas as importações de petróleo bruto, de 181 para 164 milhões de barris (-9,2%). Por outro lado, as importações de derivados cresceram 5,2%, passando de 145 milhões de barris para 152 milhões.

**Quadro 1.7 - Derivados de petróleo e álcool carburante**

Consumo aparente - média diária (1.000 b/d)

Discriminação	1997	1998
Petróleo	1 511	1 597
Óleos combustíveis	219	219
Gasolina	281	297
Óleo diesel	520	556
Gás liquefeito	182	189
Querosene de aviação	67	72
Demais derivados	242	264
Álcool carburante	220	192
Anidro	83	90
Hidratado	137	102

Fonte: Petrobras e ANP

O consumo aparente de derivados de petróleo aumentou 5,7%, atingindo média diária de 1.597 mil barris. O óleo diesel, derivado que atendeu 34,8% da demanda interna, registrou crescimento de 6,9%. O consumo diário de gasolina, segundo maior componente da demanda, elevou-se de 281 para 297 mil barris. O consumo de álcool carburante recuou pelo terceiro ano consecutivo, situando-se em 192 mil/barris/dia. Como nos anos anteriores, esse comportamento deveu-se ao menor consumo de álcool hidratado (-2,5%), haja vista, principalmente, a redução acentuada da produção de veículos a álcool em anos recentes. O consumo de álcool anidro, que, a partir de julho de 1998, passou a ser adicionado à gasolina na proporção de 24% (22% até então), expandiu-se 8,4% no ano.

O consumo total de energia elétrica cresceu 4,1% em 1998, alcançando 287.392 GWh, conforme a Eletrobrás. O desempenho no ano foi sustentado, basicamente, pelas classes comercial e residencial (42% do consumo total), que mantiveram taxas de crescimento em patamares elevados. Por outro lado, o consumo industrial de eletricidade manteve-se estável comparativamente a 1997.

Em 1998, o consumo comercial de eletricidade voltou a registrar o melhor desempenho dentre as classes de consumo, expandindo-se 8,9%, relativamente a 1997. Segundo a Eletrobrás, esse resultado foi influenciado pela instalação e ampliação de estabelecimentos com elevado padrão de consumo, pela intensificação das atividades ligadas ao turismo e lazer, bem como pela continuidade do processo de dinamização e modernização das atividades do comércio e dos serviços. A esse processo estão associadas a crescente urbanização e a extensão das redes elétricas. Como no ano anterior, a ampliação do horário de funcionamento do comércio também contribuiu para o crescimento dessa classe de consumo.

O consumo residencial, com participação de 27,6% no consumo total, evoluiu 7,1% no ano. As elevadas temperaturas ocorridas no primeiro semestre, bem como a influência

**Quadro 1.8 - Consumo de energia elétrica** <sup>1/</sup>

GWh

Discriminação	1996	1997	1998
Total	260 111	276 186	287 392
Por setores			
Comercial	34 781	38 180	41 573
Residencial	69 047	74 071	79 358
Industrial	118 994	124 645	124 699
Outros	37 289	39 290	41 762

Fonte: Eletrobrás

1/ Não inclui autoprodutores.

da incorporação, pelos consumidores residenciais, de volume expressivo de aparelhos eletroeletrônicos nos primeiros anos do Plano Real, são os principais fatores de sustentação do aumento desse consumo. No período compreendido entre 1994 e 1998, o consumo registrado por residência apresentou evolução média de 4,9%. Ao final de 1998, esse indicador atingiu 179 KWh/mês, crescendo 2,3% em relação a 1997.

O consumo de energia elétrica pelas indústrias, com participação de 43,4% no total, apresentou estabilidade em 1998, resultado relacionado principalmente ao menor dinamismo da atividade produtiva. No início de 1998, o consumo industrial de energia elétrica mostrou-se declinante, apresentando queda de 1,8% no primeiro trimestre, com base em dados dessazonalizados pelo Depec. No segundo e no terceiro trimestres, observou-se estabilidade (+0,2%) e, no último trimestre, queda (1,6%).

Conforme dados preliminares do Sistema de Informações Empresariais do Setor de Energia Elétrica (Siese) da Eletrobrás, a capacidade nominal instalada das usinas de energia elétrica totalizou 61.312 Mw ao final de 1998, com acréscimo de 2.162 Mw relativamente a 1997. Desse total, 55.857 Mw são de origem hídrica e 5.455 Mw, de origem térmica (incluindo 657 Mw de origem nuclear). Entre as principais unidades geradoras que entraram em operação no ano destacaram-se: Hidrelétrica Serra da Mesa/Furnas-GO (1.290 Mw); Hidrelétrica Miranda/Cemig-MG (390 Mw); Termelétrica Aparecida/PIE-El Paso-AM (245 Mw) e Hidrelétrica Três Irmãos/Cesp-SP (161,5 Mw).

O investimento no setor de energia elétrica totalizou R\$ 6,5 bilhões em 1998, segundo estimativa da Eletrobrás, com crescimento real de 0,6% sobre o valor investido no ano anterior.

### **Indicadores de comércio**

Após expansão de 3,9% em 1997, o comércio apresentou declínio de 3,4% em 1998, resultado compatível com a queda da safra de grãos, da produção industrial e das importações, bem como com a manutenção de elevadas taxas de juros no período, com reflexos sobre a comercialização de bens duráveis no segmento do varejo, principalmente de automóveis.

O faturamento real do comércio varejista na Região Metropolitana de São Paulo apresentou queda de 3,8% em 1998, resultado influenciado pela redução de 26,4% nas vendas das concessionárias. Descontado esse resultado, observou-se elevação de 2,5%. O faturamento dos bens de consumo foi positivo (3,9%), em função dos crescimentos observados nas vendas reais dos bens não-duráveis (10,4%) e duráveis (0,3%), que compensaram a redução verificada em bens semi-duráveis (-18%). Em materiais de construção, a queda atingiu 14,8%. Diferentemente do ocorrido na indústria, o desempenho do comércio varejista foi negativo no primeiro semestre (-9,9%),

comparativamente a igual período de 1997), recuperando-se no segundo (+2,1%). Esse comportamento decorreu de quedas menos acentuadas, no segundo semestre, em materiais de construção e no comércio automotivo, nesse caso pela intensificação de promoções, bem como pela inversão dos resultados dos bens de consumo, que passaram de queda de 2,4%, no primeiro semestre, para crescimento de 9,7%, no segundo.

No Rio de Janeiro, pesquisa do IBGE mostrou comportamento semelhante. As vendas do comércio varejista caíram 9,9%, pressionadas, principalmente, pelas quedas no faturamento de móveis e eletrodomésticos (44,4%), automóveis, motos, peças e acessórios (35,2%), vestuário, calçados e tecidos (25,6%) e materiais de construção (19,9%).

O segmento dos supermercados mostrou desempenho favorável em 1998, com as vendas reais situando-se em patamar 6% superior ao observado em 1997. Segundo a Associação Brasileira de Supermercados (Abras), a evolução positiva das vendas pode ser creditada ao aumento da participação dos supermercados no comércio varejista, em virtude da diversificação de bens colocados à disposição do consumidor e da ampliação do horário de funcionamento dos estabelecimentos.

No comércio atacadista, o comportamento das vendas foi similar ao dos supermercados. Conforme a Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores (Abad), o setor apresentou crescimento de 7,6%, com ganhos observados a partir de abril.

### **Indicadores da produção agropecuária**

A agropecuária registrou evolução de 0,4% em 1998, em decorrência do crescimento de 3,9% da produção animal, que superou as quedas de 0,2% das lavouras e de 7,3% da extração vegetal, cuja participação na composição do produto do setor é inferior a 10%. O desempenho da produção animal esteve associado à manutenção do nível da demanda interna e à melhoria das exportações, enquanto as lavouras foram influenciadas pela retração da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas, prejudicada por condições climáticas desfavoráveis. No decorrer do ano, o fenômeno climático conhecido por *El Niño* trouxe excesso de chuvas no sul do país e seca no nordeste.

As medidas de fomento à safra agrícola de 1997/1998 foram pautadas basicamente pelos mesmos princípios que vigoraram na safra anterior. Os mecanismos implantados na safra passada (Contratos de Opção e Prêmios para Escoamento de Produto) tiveram como finalidade limitar a intervenção oficial nos mercados agrícolas, deixando aos agentes a escolha das alternativas mais convenientes. Esses instrumentos, assim como os Empréstimos do Governo Federal (EGF) e as Aquisições do Governo Federal (AGF), têm como referência de funcionamento o preço mínimo oficial.

Para essa safra, houve a preocupação com a adequada fixação dos níveis de preços mínimos, visando favorecer os produtos destinados tanto ao mercado interno quanto à exportação. Também com essa finalidade, foram elevadas expressivamente as disponibilidades de crédito de custeio e investimento e reduzidas as taxas de juros de 12% para 9,5% e, no caso dos recursos ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de 9% para 6,5%. Cabe ressaltar ainda a ratificação do apoio à agricultura familiar, evidenciada pela ampliação dos recursos alocados ao Pronaf.

A produção de cereais, leguminosas e oleaginosas apresentou redução de 3,3% em relação a 1997, situando-se em 75 milhões de toneladas. A produção da região Centro-Sul e Rondônia registrou crescimento de 0,14%, alcançando 93% do total, enquanto a das regiões Norte e Nordeste retraiu-se 32,3%. Por regiões, a produção distribuiu-se em 37,2 milhões de toneladas na Região Sul, 20,6 milhões na Centro-Oeste, 11,4 milhões na Sudeste, 3,8 milhões na Nordeste e 2 milhões na Norte.

#### Quadro 1.9 - Produção agrícola - principais culturas

Milhões de toneladas

Produtos	1996	1997	1998
Grãos	73,6	77,5	75,0
Algodão (caroço)	0,7	0,6	0,9
Arroz (em casca)	10,0	9,3	7,8
Feijão	2,8	3,0	2,2
Milho	32,2	34,6	29,3
Soja	23,6	26,4	31,4
Trigo	3,4	2,4	2,2
Outros	1,0	1,2	1,3
Variação da safra de grãos (%)	- 7,3	5,3	- 3,3
Outras culturas			
Banana (em milhões de cachos)	561,9	595,3	534,0
Batata-inglesa	2,7	2,8	2,6
Cacau (amêndoas)	0,3	0,3	0,3
Café (em coco)	2,7	2,3	3,4
Cana-de-açúcar	325,9	337,3	338,3
Fumo (em folhas)	0,5	0,6	0,5
Laranja (em milhões de frutos)	109,3	114,9	114,9
Mandioca	24,6	24,3	19,8
Tomate	2,7	2,6	2,7
Variação do produto real da lavoura (%)	2,8	2,6	- 0,2

Fonte: IBGE

A safra total de milho alcançou 29,3 milhões de toneladas, 15,3% inferior à de 1997. Como reflexo dos baixos preços praticados em 1997, a área de plantio da primeira safra foi reduzida em 26,6%. A expectativa de que a utilização de maior nível tecnológico trouxesse ganhos de produtividade, que poderiam compensar parcialmente essa redução, foi frustrada por condições climáticas inadequadas. A produção da primeira safra situou-se em 23,6 milhões de toneladas, com queda de 22,8% em relação ao ano anterior. Na segunda safra, houve crescimento de 41%, favorecido pela recuperação dos preços, em face da reduzida oferta do produto, e pela necessidade de os produtores cumprirem os compromissos firmados para o pagamento da securitização das dívidas. No entanto, em sua maior parte, o acréscimo deveu-se a incrementos de produtividade, visto que o aumento da área cultivada restringiu-se a 4,6% em relação à safra de 1997. Para atender à demanda de 36,4 milhões de toneladas, foram necessárias importações de 1,8 milhão de toneladas, correspondendo à elevação de 240% sobre o volume importado no ano anterior.

Os altos preços da soja, praticados em 1997, levaram os produtores a aumentar o cultivo, em contrapartida à retração da cultura do milho. A produção elevou-se em 18,6% em relação à do ano anterior, alcançando 31,4 milhões de toneladas, a maior da agricultura brasileira. O total da área plantada atingiu 13,3 milhões de hectares (+15,2%). O suprimento foi estimado em 32,2 milhões de toneladas. Deduzindo o consumo interno de 22,9 milhões de toneladas, foi possível exportar 8,3 milhões de toneladas e recuperar os estoques ao patamar de 1,1 milhão de toneladas.

A cultura de arroz foi muito prejudicada por adversidades climáticas em 1998. A área plantada caiu 12,4%, totalizando 3,2 milhões de hectares. Nos últimos anos vem sendo observado redução da área ocupada pelo arroz, dado o desestímulo causado pela concorrência das importações e por preços considerados pouco remuneradores. A produção situou-se em 7,8 milhões de toneladas, 16,1% inferior à de 1997. O consumo, estimado em 11,7 milhões de toneladas, foi complementado por importação de cerca de 2 milhões de toneladas e pela utilização de estoques remanescentes do ano anterior. Os preços permaneceram elevados ao longo do ano, tendência em parte explicada pelo fato de as importações terem ocorrido numa conjuntura de baixos estoques mundiais.

A produção total de feijão situou-se em 2,2 milhões de toneladas, ante 3 milhões colhidas no ano anterior. A primeira safra somou 987 mil toneladas, inferior em 29,5% ao volume de idêntica safra de 1997 (1,4 milhão de toneladas). Essa queda decorreu de redução da produtividade provocada por excesso de chuvas na região Sul, principal produtora dessa lavoura. Assim, a área colhida passou de 2,5 milhões de hectares em 1997, para 1,9 milhão em 1998. A falta de chuvas no Nordeste, importante região produtora da segunda safra, levou à colheita de 910 mil toneladas, com retração de 31,1% em relação a 1997 (1,3 milhão de toneladas). A área colhida, de 1,3 milhão de hectares, apresentou decréscimo de 40,1%. O plantio da terceira safra foi impulsionado pelos reflexos sobre os preços decorrentes das quebras das safras anteriores, tendo

atingido 183,6 mil hectares (+5,2% em relação à do ano anterior). O volume produzido atingiu 288 mil toneladas (+5,5%), produção que, embora pouco representativa no total, contribuiu para amenizar a escassez e reduzir as oscilações dos preços. Cabe observar que a tendência altista dos preços ocorreu, em parte, pela atuação dos produtores mais capitalizados, que retiveram o produto. A Conab estimou o consumo em 2,5 milhões de toneladas e as compras externas, em 180 mil toneladas. O restante da demanda foi sustentado pelos estoques iniciais.

A produção de trigo situou-se em 2,2 milhões de toneladas, 9% inferior à de 1997 (2,4 milhões de toneladas). Essa queda, devida principalmente à redução de 7,2% na área plantada (1,5 milhão de hectares), foi também explicada pelo excesso de chuvas na região Sul, que, além de reduzir a produção, afetou significativamente a qualidade do produto. A produção foi suficiente para atender cerca de 25% do consumo, que, conforme dados da Conab, situou-se em 8,6 milhões de toneladas. As importações atingiram 6 milhões de toneladas.

A produção de algodão herbáceo em caroço cresceu 46,4%, alcançando 1,2 milhão de toneladas. A área colhida aumentou de 636 mil hectares para 824 mil e o rendimento médio registrou ganho de 13%. Tal desempenho deveu-se à valorização do produto ao longo de 1997, em consequência da inversão das condições privilegiadas para as importações, presentes nos anos anteriores.

Além do comportamento da safra de grãos, cabe ainda destacar a evolução recente da cafeicultura, pela sua importância na formação do produto real das lavouras.

A produção de café em coco totalizou 3,4 milhões de toneladas, com aumento de 44,4% em relação à safra anterior (2,3 milhões de toneladas). Esse resultado refletiu a reação da cafeicultura à melhoria das condições do mercado, iniciada a partir de 1995, após longo período de baixas cotações internacionais, que se prolongou até meados de 1994.

Os baixos preços, vigentes desde o final dos anos 80 até os primeiros anos da década de 90, decorreram da ausência de estratégia comercial nos países produtores e da manutenção de altos estoques pelos países consumidores. A conseqüente queda da renda do setor desestimulou a manutenção das lavouras, levando ao decréscimo da produção. Disso resultou gradual diminuição dos estoques e queda de qualidade, especialmente do café brasileiro, o que culminou com a ausência temporária de algumas marcas comerciais no mercado interno. No primeiro semestre de 1994, as cotações da saca do café beneficiado situaram-se entre US\$ 30 e US\$ 40, preço que inviabilizava a cafeicultura, levando ao abandono ou erradicação das plantas em pior estado. Apenas os produtores que obtinham alta produtividade conseguiram manter-se na atividade.

A mudança desse cenário deu-se, principalmente, pela ocorrência das geadas em junho e julho de 1994, esta última seguida de ventos, causando, em algumas regiões, a

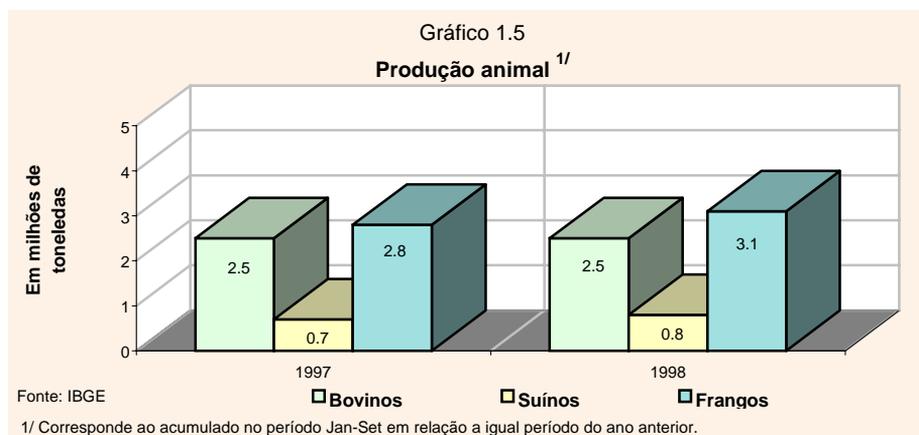
“geada negra”, que provoca a morte das plantas. A floração da safra 1994/95 também foi prejudicada por prolongada estiagem. Em consequência, a perda da cultura atingiu 30% em 1995, tendo Minas Gerais e São Paulo registrado prejuízos de 60% e o Paraná, de cerca de 90%. A reação dos preços foi imediata, alcançando, no início de 1995, patamares especulativos de até US\$ 250 por saca de café beneficiado, motivados pela evolução dos negócios na Bolsa de Nova York.

Em 1996, a cafeicultura voltou a ser rentável e os produtores passaram a investir na atividade. O setor reorganizou-se com a criação de órgãos normativos, com a valorização do selo de qualidade da Associação Brasileira da Indústria do Café (Abic) e com a diversificação de produtos nos supermercados.

Em 1997, os investimentos em novos plantios consolidaram a tendência de plantio adensado e superadensado, com 5 mil a 13 mil plantas por hectare. A perspectiva de crescimento da produção a médio prazo causou apreensão sobre a possibilidade de ocorrer indesejável superprodução, afastada com a eliminação gradativa do cultivo em áreas mais propensas a geadas. No novo pólo cafeeiro do cerrado baiano, na região de Barreiras, a cultura adensada e irrigada por pivôs obtém rendimentos de 70 sacas por hectare, demonstrando o alto nível dos produtores que lá se instalaram, oriundos do exterior e das regiões produtoras tradicionais.

Em 1998, os preços oscilaram entre US\$ 100 e US\$ 120 a saca e a relevância econômica da cafeicultura foi confirmada pelo fato de que as estimativas da safra brasileira voltaram a ser importantes no mercado internacional.

A produção animal manteve tendência de crescimento observada nos últimos anos, com a taxa de expansão atingindo 3,9% em 1998. Dos principais segmentos da pecuária, destacou-se o incremento de 12% da suinocultura, com produção de 835 mil toneladas até o terceiro trimestre, conforme dados do IBGE. As exportações de carne suína alcançaram 88,9 mil toneladas, superando em 18,8 mil toneladas as de 1997.



A produção de carne bovina elevou-se em 1,5% até o terceiro trimestre, alcançando 2,5 milhões de toneladas. Segundo pesquisa do IBGE, que considera apenas abates em estabelecimentos inspecionados pelas autoridades sanitárias, verificou-se significativo aumento do abate de bois em detrimento do de matrizes. As vendas externas, que totalizaram 93,3 mil toneladas, ante 59,4 mil toneladas em 1997, foram favorecidas pela maior competitividade de preços no mercado externo, haja vista o encarecimento dos produtos oriundos da Argentina e Uruguai, bem como pelo reconhecimento dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina como áreas livres de febre aftosa.

A produção de frangos apresentou crescimento de 7,9%, atingindo 3,1 milhões de toneladas nos primeiros nove meses de 1998. As vendas no mercado externo totalizaram 632 mil toneladas no ano, recuando 6% em relação a 1997. De acordo com Associação Brasileira dos Exportadores de Frango (Abef), o decréscimo das vendas externas foi provocado principalmente pela crise asiática.

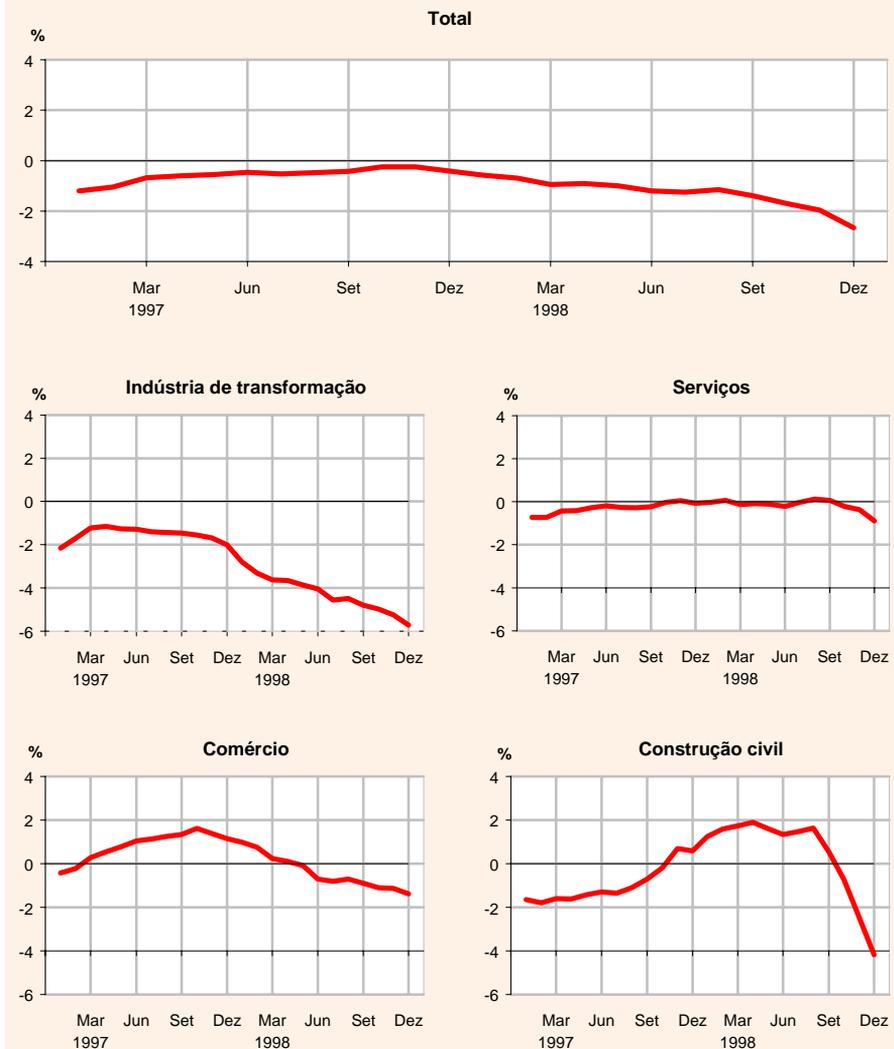
### **Indicadores de emprego**

Em 1998, os indicadores de emprego mostraram continuidade do movimento de queda, presente a partir de 1995. Esse comportamento decorreu principalmente da desaceleração do nível de atividade, que, além de provocar a eliminação de postos de trabalho, reduziu a capacidade do mercado de trabalho de absorver a elevação da população economicamente ativa. Na indústria, esse fato foi agravado pela adoção de técnicas poupadoras de mão-de-obra, processo presente desde os primeiros anos da década de 90, que tem levado a aumentos significativos da produtividade em setores como produtos e matérias plásticas, extrativa, química, mecânica, têxtil e de vestuário, calçados e artigos de tecidos.

O emprego formal do país reduziu-se em 2,7% em 1998, com a eliminação de 581 mil postos, de acordo com levantamento do Ministério do Trabalho. Por setores de atividade, a queda foi generalizada, tendo se concentrado na indústria de transformação, que deixou de empregar 300,7 mil pessoas (-5,7%). Na construção civil, verificou-se saldo negativo de 64,2 mil postos de trabalho (-4,2%). As reduções no emprego atingiram 0,9% nos serviços e 1,4% no comércio, representando eliminação de 76,7 mil e 57,9 mil ocupações, respectivamente.

O indicador da Confederação Nacional da Indústria (CNI), com informações para a indústria de transformação de 12 estados, mostrou redução de 6,3% no nível de emprego em 1998, resultado semelhante ao da Federação da Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp), que apontou queda de 6,4% na indústria paulista. A pesquisa semanal da Fiesp, que abrange 47 sindicatos patronais, revelou intensificação da retração do emprego em 1998. Houve demissão de 133,3 mil trabalhadores (-7,7%), comparativamente à eliminação de 113,1 mil empregos em 1997 (-6,1%). Dos 47 segmentos pesquisados, o

Gráfico 1.6  
**Nível de emprego**  
 Variação percentual em 12 meses



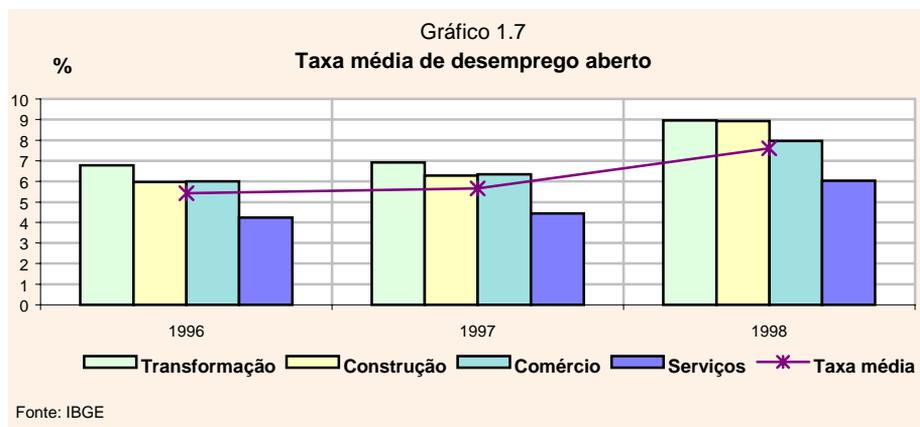
Fonte: Ministério do Trabalho

de materiais e equipamentos ferroviários e rodoviários apresentou o pior desempenho no ano, com queda de 30,7%. Apenas em quatro setores houve aumento do nível de emprego: perfumarias e artigos de toucador (1%), produtos farmacêuticos (2,3%), móveis de junco e vime, vassouras e pincéis (3,4%) e azeite e óleos alimentícios (3,9%).

Em 1998, a taxa média de desemprego aberto, calculada pelo IBGE em seis regiões metropolitanas, com período semanal de referência, alcançou 7,6%. No ano anterior, foi registrada taxa média de 5,7%. No período de referência de 30 dias, que considera a

razão entre as pessoas que procuraram emprego nos 30 dias antecedentes à semana fixada para a entrevista e a População Economicamente Ativa (PEA) da semana de referência, as taxas alcançaram 6,1%, em 1997, e 8,3%, em 1998. Considerando a taxa calculada tomando-se a semana como referência, assim como em 1997, a Região Metropolitana de Salvador apresentou a mais elevada (9,3%). Recife e São Paulo também apresentaram taxas superiores à média (8,7% e 8,6%, respectivamente). Em Porto Alegre, Belo Horizonte e Rio de Janeiro o desemprego aberto alcançou taxas respectivas de 7,3%, 7,2% e 5,4%. Por setores de atividade, a elevação do desemprego foi generalizada, alcançando 9% na indústria de transformação e 8,9% na construção civil. No comércio, serviços e outras atividades registraram-se taxas respectivas de 8%, 6% e 3,1%. Em dezembro de 1998, a PEA compunha-se de 17,5 milhões de pessoas, das quais 1,1 milhão estavam desocupadas, número que superou em 33,1% o registrado em dezembro de 1997. Nas mesmas bases de comparação, o número de ocupados permaneceu estável (-0,04%). Por posição na ocupação, foi registrada queda de 0,4% no número de trabalhadores com carteira assinada e de 0,3% nos que trabalhavam por conta própria. O número de trabalhadores sem carteira assinada aumentou 0,3% e o de empregadores, 2,8%.

Na Região Metropolitana de São Paulo, o desemprego também aumentou durante 1998, conforme a Pesquisa de Emprego e Desemprego da Fundação Seade e do Dieese, englobando os mercados formal e informal de trabalho. A taxa de desemprego total atingiu 17,4% no trimestre-móvel terminado em dezembro, comparativamente à de 16,6% observada no mesmo período de 1997. Por setor de atividade, a comparação de dezembro de 1998 contra mesmo mês do ano anterior revelou queda do nível de ocupação nos segmentos “outros”, indústria e comércio, com variações respectivas de 0,1%, 2,9% e 4,6%. No setor de serviços, o número de ocupados cresceu 3,9%, com a geração de 144 mil postos de trabalho, o que compensou o decréscimo de 101 mil empregos nos demais, provocando aumento de 0,6% do nível de ocupação.



Com o objetivo de estimular a geração de empregos, ao longo de 1998 foram introduzidas diversas modificações na legislação trabalhista brasileira.

A Lei nº 9.601, de 21 de janeiro, estendeu a possibilidade de realização de contratos de trabalho por prazo determinado para qualquer atividade desenvolvida pelo empregador. Anteriormente, o prazo determinado era previsto apenas para contratos de experiência, para a realização de serviços ou atividades empresariais de caráter transitório ou de serviços cuja natureza justificasse a predeterminação do prazo do contrato. Além disso, a referida lei modificou a redação do art. 59 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), ampliando o limite máximo do banco de horas (compensação do excesso de horas trabalhadas em um dia pela diminuição em outro) de uma semana para cento e vinte dias. Em 4 de fevereiro, o Decreto nº 2.490 regulamentou essa lei e impediu a efetivação do contrato por prazo determinado para substituição de trabalhadores já empregados por prazo indeterminado.

Dando continuidade à ampliação de modalidades de contratos, a Medida Provisória nº 1.709, de 3 de setembro, instituiu o trabalho em regime de tempo parcial, caracterizado por jornada igual ou inferior a vinte e cinco horas semanais, e aumentou para um ano o período máximo do banco de horas. Ainda de acordo com essa medida, empresas beneficiárias do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) puderam estender esse benefício aos trabalhadores dispensados, observado o prazo máximo de seis meses.

Finalmente, a Medida Provisória nº 1.726, de 3 de novembro, possibilitou a suspensão do contrato de trabalho por um período de dois a cinco meses, para que o empregado possa participar de cursos ou programas de qualificação profissional. Essa medida também instituiu a bolsa de qualificação profissional, custeada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e concedeu aos involuntariamente desempregados, por um período de doze a dezoito meses e já beneficiados pelo seguro-desemprego, o pagamento de três parcelas adicionais, no valor de R\$ 100,00 cada. Dado o caráter excepcional dessa medida, foi estabelecido prazo de seis meses para sua aplicação.

### **Indicadores de salários e rendimentos**

Em 1997, conforme o IBGE, a repartição da renda entre os fatores de produção - trabalho e capital - e a administração pública, teve a seguinte composição: 38,2% da renda destinou-se à remuneração dos empregados; 5,7% constituíram-se em rendimentos de autônomos; 41,7% referiram-se ao excedente operacional bruto; e 14,4%, aos impostos líquidos de subsídios sobre a produção e a importação.

Em 1998, o comportamento dos indicadores disponíveis de salários e rendimentos não foi homogêneo. Alternaram-se ganhos e perdas entre os setores e as categorias.

Comparativamente aos anos anteriores, observou-se generalizada tendência de queda da renda, resultado compatível com o menor dinamismo da atividade econômica.

Para a indústria de transformação, levantamento realizado pela CNI em 12 estados mostrou diminuição de 4,9% na massa real de salários em 1998, como consequência principalmente da queda do emprego. Na indústria paulista, a pesquisa mensal da Fiesp mostrou elevação de 4,6% do salário real médio, insuficiente para compensar a retração do emprego, determinando queda de 0,9% da massa salarial.

De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho (Caged), em todos os estados brasileiros houve aumento do salário médio de admissão em relação a 1997. Entretanto, os dados apresentam importantes diferenças regionais: no Estado de São Paulo verificaram-se os maiores salários mensais de admissão (média de R\$ 516,00 para o período), enquanto no Ceará a média anual atingiu R\$ 275,00.

Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego, realizada pelo IBGE em seis regiões metropolitanas, o rendimento médio real das pessoas ocupadas caiu 0,4% em 1998. Construção civil e comércio apresentaram os piores desempenhos (quedas respectivas de 5,5% e de 4,9%), seguidos pela indústria de transformação (-0,3%). Nos serviços e outras atividades, houve aumento do rendimento médio real (variações respectivas de 1% e de 2,6%). Por categoria ocupacional, trabalhadores por conta própria tiveram as maiores perdas, com inversão da tendência de ganhos

#### Quadro 1.10 - Rendimento médio real das pessoas ocupadas <sup>1/</sup>

Variação percentual média

Discriminação	1996	1997	1998
Total	7,4	2,1	- 0,4
Setores de atividade			
Indústria de transformação	6,0	1,3	- 0,3
Construção civil	9,3	2,2	- 5,6
Comércio	6,9	1,2	- 4,9
Serviços	9,1	2,3	1,0
Posição na ocupação			
Com carteira	7,9	2,8	0,0
Sem carteira	6,7	3,6	0,5
Conta própria	7,3	2,3	- 4,1
Empregadores	2,6	- 1,9	3,6

Fonte: IBGE

1/ Deflacionado pelo INPC. Abrange as regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

reais observada desde 1992. Em 1998, os rendimentos desses trabalhadores caíram 4,1%, enquanto em 1997 ocorreu elevação de 2,2%. O mesmo comportamento foi verificado na categoria de trabalhadores com carteira assinada, cujos rendimentos mantiveram-se estáveis em 1998 (-0,03%), após elevação de 2,8% em 1997. Trabalhadores sem carteira assinada e empregadores continuaram a ter ganhos reais, com variações de 0,5% e 3,6%, respectivamente.

As informações captadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego, realizada pela Fundação Seade em conjunto com o Dieese, mostraram comportamento estável da massa de rendimentos dos ocupados na Região Metropolitana de São Paulo, quando comparados trimestres-móveis terminados em dezembro de 1998 e em dezembro de 1997. A massa de rendimentos dos assalariados apresentou variação de 0,3% e tanto o rendimento médio real dos ocupados como o salário médio real caíram 0,6% no ano.

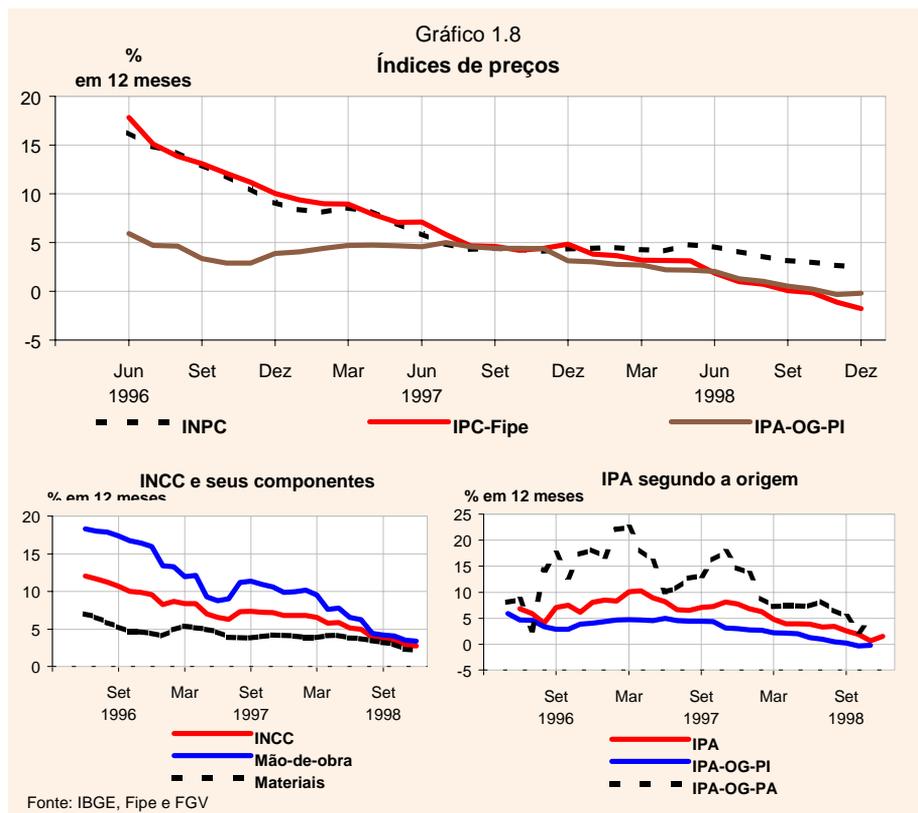
O salário mínimo foi fixado em R\$ 130,00 a partir de maio, atingindo o equivalente a US\$ 107,85, em dezembro de 1998.

### **Indicadores de preços**

A inflação em 1998 atingiu o mais baixo patamar desde 1939, ano em que se elaborou o primeiro indicador sistemático de inflação (IPC-Fipe). Os principais índices de preços variaram entre queda de 1,79% e elevação de 2,49%, ante intervalo de 4,34% a 7,74% em 1997.

Vários fatores motivaram a desaceleração dos preços no período. Dentre esses, cabe destacar: manutenção da taxa de juros em patamar elevado, o que contribuiu para reduzir a demanda e inibir o crescimento dos preços; retração das cotações das *commodities* agrícolas e minerais no mercado internacional, com reflexos no mercado interno; adequada oferta de produtos agrícolas *in natura*, proporcionada por condições climáticas favoráveis; redução dos preços dos combustíveis, possibilitada pela desregulamentação de sua comercialização e intensificada pela concorrência entre os postos. Essas influências mais do que compensaram as pressões altistas dos preços do feijão, arroz e milho, dadas as quebras de safras, provocadas por adversidades climáticas.

Além desses fatores, observou-se a continuidade da redução dos custos dos aluguéis e serviços diversos, que, nos primeiros anos do processo de estabilização, haviam crescido bastante acima das taxas inflacionárias. Também não foram desprezíveis as mudanças de hábitos e de mentalidade dos consumidores, que se tornaram mais refratários em aceitar aumentos de preços, preferindo atitudes de maior precaução.



O Índice Nacional de Preços ao Consumidor acumulou taxa de 2,49% em 1998. Apresentaram variação superior à média as despesas dos seguintes grupos: transportes e comunicações (4,02%), devido principalmente às majorações das tarifas de transporte público; alimentação e bebidas (3,09%), atribuída principalmente ao encarecimento nos preços dos cereais (feijão e arroz), cujo efeito superou o das quedas de preços de produtos como café, açúcar, tubérculos, hortaliças e verduras, que tiveram condições favoráveis de produção; saúde e cuidados pessoais (5,57%), principalmente pela elevação dos preços dos remédios e das mensalidades de clínicas e planos de saúde; e habitação (2,55%), com destaque para os aumentos dos gastos com gás e artigos de limpeza. Quanto ao grupo habitação, diversamente do ocorrido em anos anteriores, o recuo dos preços dos aluguéis atuou como importante restrição ao processo inflacionário. Contribuíram para reduzir o crescimento do INPC as quedas de 1,13% nos preços do vestuário e de 0,2% nos preços dos artigos de residência, bem como a evolução menos acentuada das despesas pessoais.

O Índice de Preços ao Consumidor, calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) no Município de São Paulo, registrou deflação de 1,79%, ante taxa positiva de 4,82% em 1997. Observou-se decréscimo generalizado dos preços, à exceção das despesas com saúde e educação. O comportamento dos gastos com alimentação (-0,57%), que detém a maior participação na composição do índice, decorreu dos preços favoráveis dos alimentos industrializados e dos *in natura*, que compensaram o

encarecimento do arroz, do feijão e da carne bovina. As quedas mais expressivas foram observadas nos preços de itens igualmente importantes como artigos de vestuário e despesas pessoais, destacando-se as reduções de preços dos cigarros, bebidas, produtos de higiene e beleza, recreação e serviços pessoais. Também contribuíram para a deflação, os menores custos dos transportes, especialmente dos veículos e dos combustíveis, apesar dos reajustes das tarifas de transportes urbanos. Cabe destacar ainda o declínio das despesas com habitação, principalmente dos aluguéis, e dos preços dos bens de consumo duráveis como eletrodomésticos, aparelhos de imagem e som, e mobiliário.

O Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela FGV, variou 1,7%, ante 7,48% em 1997. Seu principal componente, o Índice de Preços por Atacado (IPA-DI), cresceu 1,51%, refletindo o encarecimento dos bens de consumo, particularmente da alimentação, e queda dos preços dos bens de produção. Na ótica da oferta global, a pressão no IPA ocorreu via preços agrícolas, parcialmente neutralizada pelo recuo dos preços industriais, especialmente na indústria extrativa mineral. Quanto aos outros componentes do IGP-DI, o Índice de Preços ao Consumidor - Brasil (IPC-Br), apurado em São Paulo e no Rio de Janeiro, mostrou comportamento similar ao dos demais indicadores de preços ao consumidor, tendo crescido 1,66%. Ressalte-se, entre seus componentes, a retração dos preços do vestuário e de bebidas e fumo. O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) aumentou 2,75%, com majoração de 3,42% dos custos da mão-de-obra e de 2,12% dos preços dos materiais de construção.